

A ESCRAVIZAÇÃO AFRICANA NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL: lendo dois títulos

Eliane Santana Dias Debus
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Resumo

O presente texto se debruça sobre os títulos de literatura infanto-juvenil *A caixa dos segredos* (Record, 2010), de Rogério Andrade Barbosa; e *Meu tataravô era africano* (DCL, 2009), de Georgina Martins, apresentando os pontos de aproximação e distância que eles estabelecem ao tematizar a escravidão africana. Refletir sobre a literatura de recepção infantil e juvenil pressupõe trazer à tona o diálogo com as demandas do mercado editorial e o espaço escolar, e apontar de que modo esses textos colaboram, ou não, para a construção de uma sociedade antirracista.

Palavras-chave: escravidão africana, literatura infanto-juvenil, Rogério Andrade Barbosa, Georgina Martins.

Abstract

The present paper draws on two children's and young adult literature books, *The Box of Secrets* (Record, 2010) (*A caixa dos segredos*), by Rogério Andrade Barbosa and *My Great-great Grandfather was African* (DCL, 2009) (*Meu tataravô era africano*), by Georgina Martins. It presents points of contact and divergence that these books establish when thematizing the African slavery. Reflecting upon the children's and young adult literature and its reception presupposes bringing to light the dialogue between demands from the editorial market and the school. It also helps unveil to what extent these texts collaborate for the construction of an anti-racist society.

Key-words: African slavery; children's and young adult literature; Rogério Andrade Barbosa; Georgina Martins.

Onde se abre falando sobre o propósito de leitura

As palavras e a vida transformam-se
como as cores do camaleão¹.
Provérbio africano

A escolha por este ou (não) aquele objeto de pesquisa me parece um bom início para começar esta escrita. Pesquisadora na área de literatura e ensino, em particular da literatura infantil e juvenil há 20 anos, iniciou, em 2005, pesquisas com foco na temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura de recepção infantil e juvenil, e, senão por “modismo”, pois era algo que vinha realizando assistematicamente, por uma necessidade emergente promovida pela Lei 10.639, de janeiro de 2003.

A primeira pesquisa sobre o tema buscou mapear os títulos que oportunizavam a discussão e/ou traziam personagens negras e, como recorte para essa incursão, selecionamos sete catálogos editoriais. O ano de referência era 2005/2006, tempo suficiente para o mercado editorial ter incorporado (ou não) a nova demanda. Como a pesquisa abarcaria o curto período de 1 ano selecionamos sete catálogos das respectivas editoras: Ática, Companhia das Letrinhas, DCL, FTD, Salamandra e Scipione. Sabíamos, de antemão, que essas editoras estavam instaladas a mais de 10 anos no mercado editorial e tinham em seu catálogo, no mínimo, três títulos sobre a temática africana e afro-brasileira.

Ao realizar o levantamento quantitativo de títulos nesses catálogos, contatou-se o total de 1.785 títulos, sendo que, desse montante, 79 traziam personagens negras. Faz-se necessário destacar que não foram contabilizados tensionamentos ou não de relações raciais a partir de personagens antropomorfizados, interessava a representação humanizada. Em 2008-2009, ao retomar os catálogos, foram retirados dois anteriores e acrescentados oito das editoras Mazza, Paulus e SM, onde foram encontrados 2.416 títulos, sendo que 171 apresentavam a temática da cultura africana e afro-brasileira.

Relatando brevemente o percurso, de certo modo, chega-se aos motivos que levaram à escolha da produção literária de Rogério Andrade Barbosa e Georgina Martins para esse momento: 1) ambos os escritores aparecem com recorrência nas pesquisas que tenho realizado sobre o mercado editorial e a temática da cultura africana e afro-brasileira - ele pelo exercício dos recontos africanos e ela pela inserção da criança negra no cotidiano contemporâneo; 2) por mais de uma vez me debrucei sobre as publicações desses escritores no que diz respeito aos dois exercícios - recontos africanos e temas cotidianos; e 3) pela aproximação do tema dos dois títulos escolhidos, *A caixa dos segredos* (Barbosa, 2010) e *Meu tataravô era africano* (Martins; Telles 2009), e porque, curiosamente, fogem do percurso usual de ambos: a história do negro escravizado no Brasil.

Este texto está dividido em três momentos. No primeiro apresenta-se a temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura infantil e juvenil produzida no Brasil e a sua relação com a Lei 10.639/2003; no segundo momento são apresentados os pontos gerais da produção literária de Georgina Martins e Rogério Andrade Barbosa; e no terceiro momento tem-se a análise dos textos propriamente escolhidos.

A literatura de recepção infantil e a temática da cultura africana e afro-brasileira

Só o tempo te faz mestre.
Provérbio africano

O texto literário de recepção infantil tem uma especificidade: o leitor (criança), no entanto o leitor primeiro do texto não é aquele a que originalmente se destina. Isto é, na maioria das vezes, antes da criança, um adulto – livreiro, pai, professor, tio, avô/avó – fará a seleção, a compra e a leitura do livro. Zohar Shavit (2003) reflete sobre a ambivalência desse texto literário, o qual pressupõe dois tipos de leitores-modelos: a criança e o adulto. O primeiro, um leitor com reduzida experiência de vida e de repertório literário, e o segundo, um leitor experiente com bagagem sobre os processos de funcionamento do texto.

Sendo o adulto também, na maioria das vezes, o produtor do texto, acaba por desenvolver, nas entrelinhas do seu fazer literário, a reprodução do mundo adulto,

[...] seja pela atuação de um narrador que bloqueia ou censura a ação de suas personagens infantis; seja pela veiculação de conceitos e padrões comportamentais que estejam em consonância com os valores sociais prediletos; seja pela utilização de uma norma linguística ainda não atingida por seu leitor, devido à falta de experiência mais complexa na manipulação com a linguagem. Assim, os fatores estruturais de um texto de ficção – narrador, visão de mundo, linguagem – podem-se converter no meio por intermédio do qual o adulto intervém na realidade imaginária, usando-a para incutir sua ideologia. (Zilberman, 2003, p. 23)

A relação entre o produtor do texto de recepção infantil (o adulto) e o leitor (adulto/criança) promoveu, em seu nascedouro, uma construção textual e um protocolo de leitura no qual a criança, compreendida como receptor passivo, por meio de personagens modelares, absorve exemplos de bom comportamento e valores a serem seguidos. Por outro lado, aquele que alicerça os modelos - os protagonistas das narrativas - apresenta características vinculadas aos grupos mantenedores do poder, por certo não contemplando a diversidade étnica, silenciando a representação de personagens negras, indígenas, asiáticas, entre outras.

No que diz respeito à presença de personagens negras ou de elementos da cultura africana e afro-brasileira em narrativas de recepção infantil e juvenil, produzidas no Brasil, quase que inexistente anteriormente à década de 1970, e, quando isso ocorre, o negro é representado com docilidade servil, submisso ao cumprimento de seu papel de subalternidade (Tia Nastácia, de Monteiro Lobato), ou é aquele que provoca o apiedamento (menino André, d'A Lenda do Menino do Pastoreio) ou, ainda, aquele que não é o que é, travestindo-se de outra pele: o negro de alma branca (como Joaquim, de *Joaquim, Zuluquim, Zulu* - 1983), repercutindo ideias vinculadas, seja pelo regime de subalternidade

promovido pela escravização dos povos africanos, seja pela política de branqueamento.

Dois estudos sobre a literatura infantil brasileira do início do século XX demarcam esse espaço restrito das personagens negras. Maria Cristina Gouvêa (2000), ao analisar as representações sociais sobre o negro na literatura de recepção infantil no Brasil, nas três primeiras décadas do século XX, aponta uma suposta integração racial nessa produção, marcada por uma visão etnocêntrica, na qual as personagens são identificadas pelo desejo de embranquecimento. O mesmo foi constatado por Luis Fernando França (2006), que verificou, por meio da leitura de títulos de Olavo Bilac, Monteiro Lobato, Érico Veríssimo, Maria José Duprê e Viriato Correa, que, na primeira metade do século XX, a literatura infantil nacional conserva uma visão estereotipada em relação ao negro.

A década de 1970, para a literatura infantil brasileira, é representativa de um período de efervescência, denominado por alguns estudiosos como o “boom” dessa produção (Cadermatori, 2006; Sandroni, 1985), promovido pelo crescente aumento do número de instituições e programas de incentivo à leitura, expansão do mercado editorial casada com a exigência da leitura de uma literatura nacional (Lei 5.692/71), lembrando que “essa produção maciça de obras para crianças insere-se num contexto social, político e econômico que favorece um modo de produção bastante moderno e condizente com a etapa do capitalismo que os anos 60 inauguram no Brasil” (Lajolo; Zilberman, 1987, p.125).

No caudal de produções que surgem neste período, a temática social ganha novos contornos, e assuntos polêmicos e, até então, ausentes da literatura para infância são apresentados, em particular pela editora Comunicação, e, como destacam Lajolo e Zilberman, “parece ter cabido a ela a consolidação (mesmo que a preço de escândalo) de uma literatura infantil comprometida com a representação realista e às vezes violenta da vida social brasileira” (1987, p.126). As mesmas estudiosas destacam que a imersão de temas problematizadores faz submergir as situações não problemáticas e, por sua vez, “o compromisso do livro infantil com valores autoritários, conservadores e maniqueístas” (Lajolo; Zilberman, 1987, p.126). Entre as temáticas e os títulos surgem aqueles que problematizam o preconceito racial como *Xixi na cama*, de Drummond Amorim e *Nó na garganta*, de Mirna Pinsky, ambos de 1979.

Algumas pesquisas, realizadas quase em sua grande maioria a partir da década de 1990, embora apontem para uma introdução de personagens negras como protagonistas a partir da década de 1970 e 1980, constatam que em muitas produções, encontra-se, ainda, um discurso contraditório e, por vezes, preconceituoso. Rosemberg (1985) apresenta uma análise de títulos para infância, publicados entre os anos de 1955 e 1975; Bazzili (1999), uma análise de títulos publicados entre os anos de 1976 a 1996; Oliveira (2003), uma análise de títulos publicados entre os anos de 1979 e 1989.

A partir de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases de Educação, em particular com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apontando os Temas Transversais, o mercado editorial, buscando cumprir a demanda, se reorganiza, de modo que os catálogos das editoras começam a apresentar seus títulos e coleções contemplando-os (Ética, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural), e assim, juntamente com as informações básicas sobre o livro, aparece o tema transversal com o qual ele dialoga. O tema Pluralidade Cultural, especificamente, traz como norte o respeito aos diferentes

grupos e culturas que convivem na sociedade brasileira. Como o documento norteador destaca,

Sabe-se que as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação. O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (BRASIL, 1997, p. 27)

Embora, não tenha os temas transversais como foco, a pesquisa de Kaecher (2005) trabalha com o conjunto de 110 títulos que compõem o acervo do Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE), referente ao ano de 1999, a partir da representação de negritude, branquidade, masculinidade e feminilidade. Entre as suas conclusões, destaca-se aquela relacionada à constatação de estratégias de extinção do fenótipo, culminando com uma estética branca em que “As representações de negritude, presentes no acervo do PNBE. 99, operam de modo a promover um clareamento de negros e negras, de tal sorte que os matizes mais escuros (de marrom ou cinza) não são usados para representá-los/las”. (KAECHER, 2005, p.192)

Um conjunto de estudos abarca o período pós Lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Brasil, como as pesquisas sobre a representação da temática étnico racial no acervo do PNBE que tem se acentuado como: Ferreira (2008) análise dos títulos do acervo do PNBE/2005; Venâncio (2009) análise a partir dos títulos do acervo do PNBE/2008; ainda sobre o mesmo acervo de 2008, Oliveira (2011) se detém nos títulos específicos para a Educação Infantil. Ainda nessa última linha, vale ressaltar três artigos. No primeiro, “Representação e identidade: política e estética étnico-racial na literatura infantil e juvenil”, (MARTINS; COSSON, 2008), os autores analisam a temática nos títulos inscritos para o acervo do Ensino Fundamental do PNBE/2008, focalizando, por final, uma leitura crítica do livro *O cabelo de Lelé*, de Valéria Barros Belém.

Os dois seguintes são resultantes dos estudos realizados junto ao projeto de pesquisa, coordenado por Rosa Maria Hessel da Silveira, “Narrativas, diferenças e infância contemporânea”. “Literatura infantil e pedagogia: reflexões sobre a abordagem da diferença” (Silveira; Bonin; Kirchof, 2010) apresenta a análise de quatro títulos contemporaneíssimos (de 2007 a 2009) que lidam com a temática da diferença tendo como ponto comum o cabelo; e “A diferença ligada à etnia em livros brasileiros para crianças: análise de três tendências contemporâneas” (Silveira; Bonin; Kirchof, 2011) apresenta a leitura de 22 títulos contemporâneos, elencando três tendências composicionais: 1) a diferença é apresentada por meio “de situações de racismo ficcionalizadas”, que são ultrapassadas “apontando-se ao leitor uma clara lição de fraternidade e/ou aceitação”; 2) personagens negros representados em situações não discriminatórias, na maioria das vezes pela

ilustração “numa proposta que se poderia descrever como de representação naturalizada da diversidade étnica brasileira”; e 3) a diversidade é representada na forma de diferenças em geral: tom celebratório e exortativo. (Silveira; Bonin; Kirchof, 2011).

A ampliação dos estudos sobre a temática étnico-racial nos livros de recepção infantil guarda em si a ampliação dos títulos? As políticas afirmativas em relação à leitura de títulos que colaboram para uma formação antirracista tem resultado na ampliação do mercado editorial?

A Lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, inclui no currículo oficial da Educação Básica da Rede de Ensino pública e privada a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura afro-brasileira - esta foi uma das primeiras ações do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato.

A Lei 10.639/2003, como uma política pública de Ação Afirmativa, que reconhece a diversidade étnico-racial, valoriza a história e a cultura dos povos negros e se propõe a construir uma educação antirracista, sem sombra de dúvidas, trouxe avanços para essas discussões no espaço escolar, no entanto, a sua aceitação não é unânime, como destaca Nilma Gomes:

em alguns setores da mídia, dos meios intelectuais e políticos permanecem tensões e discordâncias sobre a importância da inclusão da temática étnico-racial nas políticas curriculares e nos processos de gestão. A Lei 10.639/03, suas diretrizes nacionais e a Resolução CNE/CP 1/2004 podem ser consideradas como um divisor de águas e, ao mesmo tempo, a explicitação dos tensionamentos sobre a responsabilidade do poder público no combate às desigualdades raciais. (Gomes, 2009, p.51)

Segundo Gomes, existe desconhecimento sobre a Lei e o que ela representa, gerando interpretações equivocadas. A pesquisadora afirma que muitos gestores não implementam a Lei por uma compreensão errônea de restrição social, como se ela não fosse para a sociedade como um todo, mas uma lei dos negros e para os negros (Gomes, 2010, p.7). Em um país, como o Brasil, em que o mito da democracia racial imperou - e ainda impera – e fez com que se “abafasse” os tensionamentos étnico-raciais, colabora para uma resistência a implementação da Lei.

Curioso é que o mercado editorial brasileiro, mesmo que de forma tímida, tem ampliado o número de títulos que tematizam a cultura africana e afro-brasileira, por certo dialogando com a demanda da Lei 10.639/2003, que destaca que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira deverão estar presentes em todo o currículo, dando ênfase às áreas de Educação Artística, Literatura e História (BRASIL, 2004). A obrigatoriedade do ensino da cultura africana, afro-brasileira, no currículo escolar das escolas brasileiras de ensino fundamental e médio, embora ainda não adequadamente implementada, por certo, tem contribuído para a disseminação de títulos literários no mercado editorial.

Nesse quadro da produção contemporânea para crianças e jovens, destaca-se o exercício de Rogério Andrade Barbosa e Georgina Martins.

O percurso literário de Rogério Andrade Barbosa e Georgina Martins

Um braço só não tem força.
Provérbio africano

Rogério Andrade Barbosa tem seus primeiros títulos publicados para a infância na metade da década de 1980, quando, retornando de viagem de dois anos pela Guiné-Bissau, país da região ocidental da África, como voluntário das Nações Unidas (ONU) constatou, em uma Feira de livros em São Paulo, a carência de títulos que trouxessem como cenário o continente africano, suas gentes e suas histórias. Assim, munido de farto material que recolheu das histórias que ouviu em terras africanas, fez seu itinerário de escrita.

Seu primeiro título *Bichos da África: lendas e fábulas* (Melhoramentos) virou uma coleção de 4 volumes I, II, III e IV. No ano de publicação (1987), foi finalista do Prêmio Jabuti, reeditado ganhou o Jabuti 1998 (Melhor Ilustração). Seus títulos já foram traduzidos e publicados na Alemanha, Argentina, México e Estados Unidos. Atualmente, a produção literária do escritor soma o total de 84 títulos sendo em torno de 60% sobre a temática africana e afro-brasileira.

Pode-se dizer que um dos pontos marcantes da produção de Rogério centra-se nos recontos das histórias africanas, entre os títulos mais significativos encontram-se: *Duula, a mulher canibal* (DCL, 1999), *O filho do vento* (DCL, 2001) e *Como as histórias se espalharam pelo mundo* (DCL, 2002). Pode-se dizer, ainda, que no seu fazer Rogério exerce o papel de *Griot* contemporâneo, lembrando que os Griots são

trovadores, menestréis, contadores de histórias e animadores públicos para os quais a disciplina da verdade perde rigidez, sendo-lhe facultada uma linguagem mais livre. Ainda assim, sobressai o compromisso com a verdade sem o qual perderiam a capacidade de atuar para manter a harmonia e a coesão grupais, com base em uma função genealógica de fixar as mitologias familiares no âmbito das sociedades tradicionais. (HERNANDEZ, 2005, p.30).

Já Georgina Martins começa a escrever para crianças em 1999. Grande parte de seus 16 livros trabalham com temas difíceis e polêmicos, entre eles o homossexualismo masculino em *O menino que brincava de ser* (DCL, 2000), *Tal Pai, Tal Filho?* (Scipione, 2010); ou personagens crianças que vivem à margem da sociedade, infância que, estando à margem é marginalizada: trabalho infantil, meninos de rua, pobreza, abandono, como no livro *No Olho da Rua: historinhas quase tristes* (Ática, 2002) e *O menino que não se chamava João e a menina que não se chamava Maria*, um conto de fadas brasileiro (DCL, 1999). Narrando histórias de uma realidade crua e desigual, porém de forma sensível, a escritora faz com que se reflita sobre as infâncias que perambulam nas ruas das cidades brasileiras.

Implicitamente, o tema étnico-racial aparece em *Fica Comigo* (DCL, 2001), em que a ilustração representa um menino negro, a pedido da autora, para que, segundo ela, as

crianças negras se vissem em uma situação cotidiana que não está discutindo o racismo; *Com quem será que eu me pareço* (Planeta Jovem, 2007), em que ela busca desconstruir o senso comum de que o negro se parece com macaco, “em função disso eu coloquei um mico leão dourado perguntando pra mãe com que criança ele se parece e a mãe responde que ele se parece com um menino lourinho”². Segundo a autora, no livro *Todos os amores* (DCL, 2003) fez questão de introduzir a caracterização de que a princesa era linda e que sua pele era negra como a noite. A temática étnico-racial aparece de forma explícita em *Uma Maré de desejos* (Ática, 2005); *Minha família é colorida* (SM, 2005) e em *Meu tataravô era africano* (DCL, 2008), livro construído em parceria com Teresa Silva Telles.

Os dois títulos escolhidos para esta leitura, *A caixa dos segredos* e *Meu tataravô era africano*, apresentam como ponto de convergência a temática do negro escravizado e a ancestralidade e é sobre esses temas que deslocaremos nossos olhos.

A escravização dos povos africanos nos países colonizados, como aconteceu no Brasil, por vezes justificou as atrocidades cometidas ao Outro como algo necessário ao processo de colonização. Os livros que circularam (alguns ainda teimam em circular) nas escolas brasileiras, didáticos e literários, apresentavam o período de escravização sem trazer referência ao passado de liberdade daqueles que atravessaram o Atlântico, a experiência diaspórica dos povos africanos, bem como as inúmeras lutas travadas em solo brasileiro como insurgência à condição humilhante em que viviam.

Por outro lado, muitas vezes a contribuição dos ancestrais fica restrita ao plano da cultura popular, no que diz respeito à comida, música e dança. Valorizar a ancestralidade africana e a tornar desejante aos seus descendentes é algo que precisa ser construído.

O termo ancestralidade, segundo o Dicionário Aurélio, significa “1. Relativo ou pertencente a antecessores, a antepassados. 2. Antiquíssimo, remoto” (FERREIRA, 2001, p. 93). Cunha Júnior (2010) afirma que o conceito de ancestralidade está profundamente enraizado na cosmovisão africana, e destaca que os três princípios básicos que norteiam a cosmovisão são a integração, a diversidade e a ancestralidade.

O universo é concebido como um todo integrado e diversificado onde o diferente é contemplado e desejado e não apenas aceito. A diversidade possibilita as trocas e as relações de alteridade e respeito pelo outro. A tradição africana estabelece a sua própria lógica no princípio da ancestralidade. Nesse sentido, o que importa é a história de um povo, aquilo que foi construído ao longo do tempo e não a afirmação egoísta do eu. O eu não é nada sem a tradição porque está vinculado ao seu passado, à memória daqueles que vieram antes e regulam a vida de seus descendentes distribuindo sua força e harmonia. Portanto, podemos dizer que o conceito de ancestralidade está diretamente ligado ao conceito de identidade, um não existe sem o outro. (Júnior Cunha, 2010, p. 28)

Desse modo, entender a ancestralidade exige que o presente se debruce sobre o passado respeitando seus antecessores, a memória exerce papel importantíssimo nesse fazer, pois por meio dela o tempo passado é reconstruído e consegue-se reler o tempo presente, bem como vislumbrar o tempo vindouro. A ancestralidade se torna múltipla não se podendo entendê-la como única e homogênea.

A Caixa e a memória como herança

A memória é a dona do tempo.
Provérbio africano

Catalogado como novela infanto-juvenil brasileira *A caixa dos segredos* (Record, 2010), de Rogério Andrade Barbosa e ilustrações de Gerson Conforti, tem apresentação do professor e teórico da literatura Domício Proença Filho. Ao final da narrativa é apresentada uma bibliografia básica, de 28 títulos, que auxiliou o escritor na elaboração dos dados históricos da narrativa. No prólogo, o narrador, em primeira pessoa, introduz ao leitor as minúcias do que está por vir - a história de seu tataravô africano - e os recursos e estratégias utilizadas para compor a narrativa.

Uma caixa enferrujada que guarda segredos é preservada pela família gerações após gerações, e a curiosidade sempre presente, desde a meninice, faz com que o narrador desvende seus segredos: a história de Malã, seu tataravô. Os objetos que auxiliam o narrador na busca pelo passado são os manuscritos em forma de diários, abrigados em folhas amareladas pelos anos, o rosário de contas de madeira e um amuleto no formato de uma bolsinha de couro (patuá) com “dois papelinhos dobrados, com escritos em caracteres árabes”: o trecho de uma oração retirado do Alcorão e um bilhete enigmático.

Atando as informações dos manuscritos com as informações familiares, o narrador realiza a sua versão da história:

Uma tarefa que me consumiu longos anos de estudos, pesquisas, entrevistas e viagens. Durante dias e noites incontáveis, mergulhei, literalmente, nas páginas de livros, jornais e documentos de bibliotecas e arquivos do Rio de Janeiro, de Salvador, de Lisboa e da atual República da Guiné-Bissau, tentando comprovar e reconstruir os fatos descritos por Malã. (Barbosa, 2010, p.9)

O empenho do narrador em descrever os recursos e o tempo investido na pesquisa “uma tarefa que me consumiu longos anos de estudos, pesquisas, entrevistas e viagens” (BARBOSA, 2010, p.9) busca dar veracidade aos fatos narrados, ao mesmo tempo em que justifica, no plano do ficcional, o recorte de matérias de jornais e dados documentais que vão sendo lançados ao logo da narrativa.

A “versão” do narrador está dividida linearmente em quatro partes, que correspondem a quatro momentos da vida do personagem Malã: infância, juventude, maturidade e velhice. Esses momentos, por sua vez tem subpartes que são anunciadas por provérbios africanos, totalizando os 93 anos de vida da personagem (de 1817 a 1910).

Em “Infância” é narrado o percurso inicial do personagem que vive seus primeiros anos de vida junto a uma missão católica, numa localidade da África Ocidental; das mãos do padre português Valentim recebe as primeiras letras, se alfabetiza e, com o batismo de Antônio, recebe os princípios da religiosidade católica, logo abandonada com a morte do padre e o retorno da mãe para sua aldeia de origem “os parentes maternos eram mandingas

e obedeciam às lei sagradas do Alcorão” (Barbosa, 2010, p.15), e junto com a nova religião o novo nome - nasce Malã. Do rigor das leis islâmicas aos rituais em homenagem aos deuses da natureza são descritas as alegrias da infância do menino, partida com a chegada dos forasteiros que o separam da mãe e o escravizam, colocando-o na embarcação junto com muitos outros: “misturados em diversas etnias, zarparam rumo a um destino desconhecido, jogados no porão de um navio negreiro, impulsionado por velas descomunais” (BARBOSA, 2010, p.21).

Da travessia penosa no porão do navio, Malã é salvo pela língua, pois sabia o português e era alfabetizado, o que lhe valeu o posto de descascador de batatas e o fez chegar a terras brasileiras, Rio de Janeiro (1827) saudável e valendo um bom preço:

Considerado uma ‘peça rara’ teve a sua venda anunciada com destaque na coluna de classificados do Jornal do Commercio, um dos primeiros periódicos do Rio de Janeiro:

Vistoso molequinho, de boa figura, olhos claros e dentes perfeitos. Batizado. Esperto, sabe ler e escrever. Bom para mandar ensinar qualquer ofício (Barbosa, 2010, p.32).

Vendido como mercadoria, o menino é encaminhado por seu dono, um rico comerciante, à cidade de São Salvador onde recebe novamente o nome de Antônio, sem nunca deixar de ser Malã.

Em “Juventude” são narradas as transformações do menino a jovem na cidade de Salvador, descrita como um grande reino africano, dominado por mãos brancas. Sob os cuidados de outro escravo, Licurgo, um velho mandinga, o menino aprende a profissão de alfaiate, bem como retoma as rezas do Alcorão e a aprende a escrita árabe.

Nem todos seguiam o Alcorão. Na Bahia, havia negros trazidos de quase todos os cantos do continente africano. Cada qual com seus próprios costumes, religiões e idiomas. Os de fé islâmica, qualquer que fosse a sua origem, como os hauças, iorubas, fulas e mandingas, eram chamados de malês (Barbosa, 2010, p.41).

Malã participa da insurreição dos negros na Bahia, a Revolta dos Malês, em 25 de janeiro de 1935. Licurgo é exilado como um dos líderes da insurreição, e ao jovem resta a sentença de duzentas chicotadas em praça pública “Cinquenta açoites por dia, de acordo com as lei vigentes do Código Criminal da época” e o retorno à cidade do Rio de Janeiro (Barbosa, 2010, p. 48).

A opção do escritor em apresentar a Revolta dos Malês, parece significativa, pois desconstrói a ideia de que os negros aceitaram calados a escravização em terras brasileiras, ou que os quilombos foram a única forma de manifestação de descontentamento e ou insurreição daquele período.

Em “Maturidade”, Malã é um “alfaiate conhecido, respeitado por sua sabedoria e pela habilidade com as agulhas” (Barbosa, 2010, p. 53). Nesse período começam suas anotações

para a posterioridade; casa-se com Eponina, quitandeira alforriada com quem tem sete filhos, somente três atingem a fase adulta. Nessa fase da vida, Malã compra sua alforria.

Nessa parte da narrativa recebe destaque outro fato histórico, A Guerra do Paraguai (1865), período em que Balbino, um dos três filhos de Malã, é recrutado à força “com outros capoeiras que se reuniam no Largo da Lapa, tidos como arruaceiros, para servir como ‘soldado voluntário’” (Barbosa, 2010, p. 60).

Malã ensinava outros meninos e meninas a ler e escreve e à noite, como um contador de histórias africano, ao redor de uma fogueira reunia a garotada para contar histórias como aquelas que ouvia em sua infância. Na maturidade, a personagem registra os fatos mais marcantes e “Os recortes de jornais da época, encontrados em seus pertences, atestavam o interesse” pela campanha abolicionista, participando sempre que podia das atividades, e a admiração pelos homens de sua época: José do Patrocínio, Luiz Gama e André Rebouças. E as leituras dos poemas de Castro Alves, em particular “O navio negreiro”.

Fatos históricos são descritos, como a festa no Largo do Paço em 13 de maio de 1888, quando da abolição da escravidão. A política de embranquecimento com a leva de imigrantes a terras brasileiras; a Revolta da Chibata em 22 de novembro de 1910, do qual Vitorino, seu bisneto participa... Falece um mês depois, véspera de Natal.

Em suas últimas anotações, escritas numa letra trêmula, lamentava não ter tido a chance de retornar à sua terra natal. E, conscientemente, afirmava que a ‘gente de sua cor’. Ainda teria muitas lutas e desafios pela frente (Barbosa, 2010, p.84).

Embora a narrativa apresente o parágrafo citado dando um tom melancólico, alertando para as dificuldades enfrentadas pelos afro-descendentes, os parágrafos finais retomam os avanços promovidos pela luta do movimento negro, bem como as homenagens concretas aos cidadãos negros que ajudaram na construção do País e no seu processo de liberdade: Zumbi e o Dia Nacional da Consciência Negra, as Leis e políticas afirmativas.

De algum modo seu descendente, aqui no papel de narrador, leva Malã à terra natal pela memória reconstruída.

O livro escolar e a memória ativada

O entardecer se alimenta do amanhã.
Provérbio africano

Meu tataravô era africano (DCL, 2008), de Georgina Martins e Teresa Silva Telles está catalogado como literatura infanto-juvenil. O leitor percebe imediatamente que a construção do texto exigiu pesquisa, e os créditos sobre a origem dos textos consultados, bem como as imagens históricas que ilustram a narrativa aparecem acima da ficha catalográfica, na folha de rosto do livro, algo pouco usual. As ilustrações realizadas por Mauricio Negro, por meio de “pirogravuras feitas sobre papelão e colorizadas com tinturas naturais, como ferrugem, breu, café ou óleo de noqueira e anilinas”, dialogam com imagens históricas conhecidas, como as pinturas: Desembarque de Cabral em Porto Seguro (p.10),

de Oscar Pereira da Silva ou Selvagens Civilizados conduzindo índios (p.11), de J.B. Debret; as fotografias (p.28, p. 43, p.52) e os recortes de jornal (p.38, p.39, p.52, p.53). Nesse jogo de cores e recursos pictográficos o leitor é convidado a adentrar na leitura do livro.

O trabalho escolar sobre a escravização no Brasil é o mote da narrativa que leva o menino Inácio, ao chegar em casa, procurar o avô e questionar sobre sua descendência, pois aprendera na escola, na aula daquele dia, que os negros vieram da África “e que, antigamente, todos os negros eram escravos” (Martins; Telles, 2008, p. 7) o que o levou a deduzir que o seu avô negro, era africano e tinha sido escravo. A mãe e o avô explicam ao menino que o seu tataravô é que era escravo, e Inácio descobre que o avô sabe pouco sobre seus antepassados.

A narrativa então se desenvolve numa dupla aprendizagem entre o neto e o avô sobre a escravização no Brasil, retomando o descobrimento do Brasil e a escravização indígena, a partir da leitura de um texto escolar. “Inácio sentou no colo do avô e leu para ele um texto que a professora discutiu em aula: (...)” (Martins; Telles, 2008, p. 10).

No texto aparecem dois discursos distintos: o diálogo entre o menino e o avô e o texto didático. A distinção entre ambos é marcada ora pelo tipo de letra, ora pelo tamanho das letras, ora pela cor das letras. No entanto, tal distinção por vezes fica difusa, pois as cores são muito próximas, como na página 14 em que o diálogo entre neto e avô está grafado com letra preta e o texto didático com a cor azul ou na página 36 onde o primeiro diálogo é travado com letras brancas e o segundo com letras amarelas.

A escravização do negro pelo homem branco, a retirada do continente africano e a travessia nos navios: a precariedade da alimentação e condição de higiene e demais tratamento desumano da travessia são descritos no texto didático, interpelado a todo instante pelo avô que busca, no conhecimento ampliado do menino, um pouco da sua história. História muitas vezes contada pela boca da mãe:

- Olhe, Inácio, eu nem sei como, mas a minha mãe contava que ele sofreu muito. Ele contava muitas histórias tristes para ela. Algumas, eu ainda me lembro porque minha mãe contava para a gente. À noite, eu e meus irmãos sentávamos em volta dela para ouvir histórias. A gente até chorava com pena do nosso bisavô. (Martins; Telles, 2008, p.21).

Saber sobre a história de sua gente leva o avô de Inácio a interpretar e compreender outros dados que antes conhecia, mas não entendia, como o trecho do poema *Navio Negreiro*, de Castro Alves:

_ Inácio, agora estou entendendo por que naquele poema do Castro Alves, ‘Navio Negreiro’, tem uma parte que fala assim: ‘negros como a noite, horrendos a dançar’. Eu nunca entendi esse pedaço. Você sabe que a minha mãe adorava declamar esse poema? Acho que tenho até hoje um livro com ele. Vamos ver? (Martins; Telles, 2008, p. 17).

O jogo entre ficcionalidade e realidade está amarrado pelos dados apresentados no

texto didático que se constrói como um paratexto à narrativa, o que confere ao livro analisado um caráter mais informativo do que literário. No entanto, não se deve acreditar que esse fato desmereça o livro, pois a sua hibridização lhe confere um caráter plural.

Não havendo digressão narrativa, a linearidade acompanha o retorno do menino da escola ao seu diálogo com o avô num único período, provavelmente o vespertino. O leitor não é levado a crer que o menino e o avô se detiveram no tema por dias, mas em um momento específico. O tema da escravização se detém do período do descobrimento do Brasil (1500) à libertação dos escravos pela Princesa Isabel (1888).

As ilustrações de Mauricio Negro se sobressaem em alguns momentos e entram em diálogo no texto como quando é apresentado o mapa do continente africano como um corpo humano, como se pode ver na imagem que segue.

Diferente do livro *A caixa dos segredos* no qual o autor opta por apresentar os avanços, *Um tataravô era africano* termina com o questionamento, deixando no ar um tom melancólico de que muito há ainda por se fazer. A narrativa termina com uma indagação, quando o menino apresenta ao avô uma das imagens de trabalho escravos na contemporaneidade: “- Então, Inácio, isso nunca vai acabar.” (Martins; Telles, 2008, p.53).

A epígrafe utilizada para abrir esta leitura se apresenta significativa, pois o avô (entardecer) se alimenta do neto (o amanhã), invertendo a lógica de que aquele que muito viveu tudo sabe. Aqui, a ancestralidade é, de certo modo, reconstruída em conjunto pelo velho e o novo.

Onde se fecha com os achados de leitura

A leitura de ambos os títulos permitiu conferir que os livros denominados mercadologicamente de literatura infanto-juvenil articulam, de modo distinto, um tema tão presente quando se fala da temática étnico-racial: a escravização. No caso do primeiro título, a história de Malã ultrapassa a esfera da escravização – o período de vida da personagem, enquanto o recorte do segundo título prioriza esse momento, embora faça uma introdução ao período do “descobrimento” do Brasil e a escravização dos índios.

A construção de uma narrativa para aqueles que por aqui passaram e deixaram suas marcas é retomada pela visibilidade do passado de homem livre do negro escravizado, as lutas pela liberdade – quilombos, a Revolta do Malê e a Revolta da Chibata -, ultrapassando o discurso hereditário ao simples plano do folclórico (comida, dança e música).

A caixa e o livro escolar são os objetos promotores da reconstrução da memória das personagens, a valorização da ancestralidade. A caixa é a herança de Malã para as gerações futuras, para que não seja esquecida a sua história, e, por conseguinte, a história coletiva de um povo brutalizado pelo processo de escravização. O livro escolar, por sua vez, apresenta ao menino a história da escravização o que o leva a construir, juntamente com o avô, a história de seus antecessores.

A caixa dos segredos apresenta várias estratégias narrativas que aproximam dados da realidade (recortes de jornal, informações sobre Revoltas) no plano do ficcional, sem haver uma quebra entre os dois discursos. Já em *Meu tataravô era africano* as informações

verídicas (factuais) são entrelaçadas pelo discurso do livro didático, prevalecendo o último em alguns momentos da narrativa.

Ambos os títulos contribuem, sem sombra de dúvidas, para a introdução de um tema tão caro e duro de ser tratado. Caro pela necessidade do não esquecimento. Lembrar que muitas das relações racistas que reverberam na sociedade contemporânea têm sua origem no tratamento dado aos povos que aqui foram escravizados e, por consequência, na vida de seus descendentes. Embora necessária a abordagem, sempre é duro lidar com tema que apresenta as atrocidades que os homens são capazes de realizar sobre outros homens, e a maior delas é aquela que lhes restringe a liberdade.

A linguagem literária e a sua capacidade humanizadora podem contribuir para a vivência, mesmo que ficcionalizada, de experiências que tragam à cena um fabulário positivo em relação aos africanos aqui escravizados e, por consequência, aos seus descendentes. Numa sociedade étnico plural como a brasileira, faz-se necessário, todos os dias, lembrar quem fomos para não esquecermos o que somos.

Notas

¹ Os provérbios africanos que abrem as sessões foram retirados do livro *A caixa dos segredos*, de Rogério Andrade Barbosa.

² Informações concedidas informalmente pela escritora por e-mail em julho de 2011.

Referências

- BARBOSA, Rogério Andrade. *A caixa dos segredos*. Il. Gerson Conforti. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- _____. *Bichos da África: lendas e fábulas*. Il. Ciça Fitipaldi. São Paulo: Melhoramentos, 1987 (Vol. I, II, III, IV).
- _____. *Duula, a mulher canibal*. Il. Graça Lima. São Paulo: DCL, 1999.
- _____. *O filho do vento*. Il. Graça Lima. São Paulo: DCL, 2001.
- _____. *Como as histórias se espalharam pelo mundo*. Il. Graça Lima. São Paulo: DCL, 2002.
- BAZILLI, Chirley. *Discriminação contra personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea*. 1999. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. PUC/SP, São Paulo, 1999.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC-SEF, 1997.
- CADERMATORI, Lígia. *O que é Literatura Infantil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- FERREIRA, Leda Cláudia. *A personagem do conto infanto-juvenil brasileiro contemporâneo: uma análise a partir do PNBE/2005*. 2008. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.
- FRANÇA, Luiz Fernando. *Personagens negras na literatura infantil brasileira: da manutenção à desconstrução do estereótipo*. 2006. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

- GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/2003 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, M; HERINGER, R. (Orgs.) *Caminhos emergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. Implantação da Lei 10.639 esbarra na gestão do sistema e das escolas. *Nação escola*, 2, p.6-9., 2010.
- GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. *Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica*. Texto apresentado no Congresso do Ische (International Society conference of history of education), 23, 2000, Alcalá de Henares, Espanha. Acessível em <http://www.scielo.br>
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- JUNIOR CUNHA, Henrique; VIEIRA Lilian C. F. Derek Walcott e Omero: uma discussão sobre a problemática das identidades afro-caribenhas. In: *Revista Brasileira do Caribe*. Universidade Federal de Goiás, vol. XI, n. 21, jul.dez. 2010, Goiânia (CECAB)
- KAERCHER, Gladis E. P. da Silva. *O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional de Biblioteca da Escola. – 1999*. 2005. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo: Ática, 1987.
- MARTINS, Georgina. *O menino que não se chamava João e a menina que não se chamava Maria: um conto de fadas brasileiro*. II. Victor Tavares. São Paulo: DCL, 1999.
- _____. *O menino que brincava de ser*. São Paulo: DCL, 2000.
- _____. *Fica Comigo*. São Paulo: DCL, 2001.
- _____. *No Olho da Rua: historinhas quase tristes*. II. Nelson Cruz. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. *Todos os amores*. São Paulo: DCL, 2003.
- _____. *Uma Maré de desejos*. II. Cris Eich. São Paulo: Ática, 2005.
- _____. *Minha família é colorida*. II. Maria Eugênia. São Paulo: SM, 2005.
- _____. *Com quem será que eu me pareço*. São Paulo: Planeta Jovem, 2007.
- MARTINS, Georgina; TELLES, Teresa Silva. *Meu tataravô era africano*. II. Mauricio Negro. São Paulo: DCL, 2008.
- _____. *Tal Pai, Tal Filho?* São Paulo: Scipione, 2010.
- MARTINS; Aracy; COSSON, Rildo. Representação e identidade: política e estética étnico-racial na literatura infantil e juvenil. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (Orgs). *Literatura infantil: políticas e concepções*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Anória de J. *Negros personagens nas narrativas literárias infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989*. 2003. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual da Bahia. Salvador, 2003.
- OLIVEIRA, Veridiane Cintia de Silva. *A abordagem da Lei 10.639.03 nos livros de Literatura infantil ofertado pelo Programa Nacional de Biblioteca na Escola*. 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2011.
- POLLICE, Ercília. *Joaquim, Zuluquim, Zulu*. Porto Alegre: Dom Bosco, 1983.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *Literatura Infantil e ideologia*. São Paulo: Global, 1985.
- SANDRONI, Laura. Panorama da literatura infantil e juvenil brasileira hoje: tendências do mercado. *Perspectiva*; CED, Florianópolis, 1(4), Jan-dez 1985.
- SILVEIRA, Rosa M. H.; BONIN, Iara T.; KIRCHOF, Edgar R. *Literatura infantil pedagogia: reflexões sobre*

- a abordagem da diferença. In: COENGA, Rosemar (Org.). *A leitura em cena: literatura infanto-juvenil, autores e livros*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2010.
- SILVEIRA, Rosa M. H.; BONIN, Iara T.; KIRCHOF, Edgar. A diferença ligada à etnia em livros brasileiros para crianças: análise de três tendências contemporâneas. Trabalho apresentado no formato de comunicação oral no CONLAB (Salvador, 2011). Texto fotocopiado.
- VENÂNCIO, Ana Carolina Lopes. *Literatura Infanto-Juvenil e diversidade*. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- SHAVIT, Zohar. *Poética da literatura para crianças*. Lisboa: Caminho, 2003.
- ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 2003.

Correspondência

Eliane Santana Dias Debus – Professora Doutora em Letras (PUCRS), atua no Departamento de Metodologia do Ensino e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: elianedebus@hotmail.com

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização da autora.
